



Relato de Experiência Docente

Discutindo desigualdades de gênero no mercado de trabalho em uma turma de EJA

Discussing gender inequalities in the labor market in an EJA class

Katiuci Pavei

Professora de Sociologia do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Educação pela UFRGS. E-mail: profsociologia.katiuci@gmail.com

Pedro Dionizio de Mello

Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: p.mello07@gmail.com

Resumo

O artigo refere-se ao relato do projeto pedagógico “Discutindo desigualdades de gênero no mercado de trabalho na EJA”, realizado no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2018. O objetivo geral foi compreender de que forma as diferenças de gênero existentes no mercado de trabalho são classificadas e inscritas nas práticas sociais do grupo de estudantes. As aulas foram balizadas em três eixos principais: a) questões históricas referentes à inserção laboral da mulher, b) estereótipos que vinculam trabalho a determinado gênero e c) desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Nos encontros foram utilizados procedimentos didáticos diversificados (imagens, dados, vídeos, textos, questionário, produção textual). Percebemos um avanço argumentativo relevante em parte da turma, expresso por meio de diagnóstico crítico das desigualdades de gênero presentes na esfera produtiva e de análise dos dispositivos que não cessam de produzir esse problema social. Contudo, notamos também a forte persistência de naturalização de um discurso categorizante produzido socialmente. A partir desse desafio, novos procedimentos pedagógicos estão sendo planejados.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Desigualdade de Gênero. Trabalho. Sociologia

Abstract

The article refers to the report on the pedagogical project "Discussing gender inequalities in the labor market in EJA", held at the College of Application of the Federal University of Rio Grande do Sul, in 2018. The general objective was to understand how differences in the labor market are classified and registered in the social practices of the student group. The classes were marked in three main axes: a) historical questions related to the labor insertion of women, b) stereotypes that link work to a specific gender and c) inequalities between men and women in the labor market. In the meetings were used diverse didactic procedures (images, data, videos, texts, questionnaire, textual production). We perceive a relevant argumentative advance in part of the class, expressed through a critical diagnosis of the gender inequalities present in the productive sphere and of analysis of the devices that do not stop producing this social problem. However, we also note the strong persistence of naturalization of a socially produced categorizing discourse. From this challenge, new pedagogical procedures are being planned.

Keywords: Youth and Adult Education. Gender Inequality. Job. Sociology.

Introdução

O presente artigo está inserido nas discussões sobre possíveis reflexos do ensino da disciplina de Sociologia na Educação Básica brasileira, especificamente na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). Diante disso, este estudo se constitui em uma prática docente, cuja proposta buscou abordar as relações de gênero no mercado de trabalho e suas implicações. O foco de análise foi o olhar dos(as) estudantes, buscando identificar os pontos de vista prévios e posteriores à imersão sociológica nas aulas desenvolvidas, aqui descritas e refletidas ao longo deste texto.

O projeto pedagógico “Discutindo desigualdades de gênero no mercado de trabalho na EJA” foi realizado no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CAp/UFRGS), escola federal que atende aos estudantes de Porto Alegre/RS e Região Metropolitana, durante o primeiro trimestre de 2018, em uma turma de formandos do terceiro segmento do Ensino Médio, intitulada EM3.¹

Trabalhar com desigualdade de gênero propõe colocar em discussão atitudes e posicionamentos cristalizados por um histórico de sociabilidade em um país patriarcal, sexista e violento.² Conforme destacam Connell e Pearse (2015, p. 34),

[...] a maioria das mulheres no mundo, especialmente as que têm filhos, é economicamente dependente dos homens. Alguns homens acreditam que as mulheres que dependem deles são sua propriedade. Esse é um dos cenários comum da violência doméstica: quando as mulheres dependentes não aceitam as exigências de seus maridos ou namorados, são surradas.

Além disso, entendemos que colocar as mulheres em lugar de inferioridade, sofrendo discriminações laborais e salariais, diminuídas em suas capacidades, habilidades, condições e oportunidades, bem como ridicularizadas nas formas de humor com piadas e provérbios, são exemplos de violências categorizadas como invisíveis, ou seja, formas mais subjetivas e simbólicas de violência (KOHAN, 2018).

¹ As aulas foram ministradas pela professora Katiuci Pavei, titular da disciplina de Sociologia do Colégio de Aplicação da UFRGS e registradas textualmente pelo seu monitor Pedro Dionizio de Mello, contando com a colaboração da monitora acadêmica de Ciências Sociais/UFRGS, Camila Santos Pereira, no planejamento das atividades.

² Percebemos, por meio das estatísticas, o quão é crônico o problema social da violência de gênero no Brasil, quando foram comprovados 946 casos de feminicídio em 2017 (VELASCO; CAESAR; REIS, 2018). Nos primeiros seis meses de 2018, a Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência recebeu 72.839 denúncias em ligações para o disque 180. (OGLOBO, 07/08/2018). O Brasil permanece desde 2014 entre os países com a taxa de feminicídios mais altas do mundo, ocupando o 5º lugar no ranking no *Mapa da Violência* (WAISELFISZ, 2015).

Dados recentes apontam que o Brasil ainda registra diferenças de renda média significativas entre gêneros. Segundo a pesquisa *Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil* (2018), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2012 e 2016, as mulheres ganhavam, em média, 75% do que os homens ganhavam. Isso significa que as mulheres tinham rendimento habitual médio mensal de R\$ 1.764, enquanto os homens recebiam no valor de R\$ 2.306. Um estudo anterior desenvolvido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (ATAL; ÑOPO; WINDER, 2009) apontava o Brasil como um dos maiores níveis de disparidade salarial entre os dezoito países latino-americanos estudados, porquanto os homens ganhavam aproximadamente 30% a mais que as mulheres de mesma idade e nível de instrução.

Mas essa situação não se restringe ao nosso país. Segundo Connell e Pearse (2015, p.32), “mulheres são parte substancial da população economicamente ativa, sobretudo nos empregos menos valorizados”, sendo que “quase todas as partes do mundo, é mais provável que os homens tenham empregos remunerados” (p.33). As autoras também alertam que apesar da Organização das Nações Unidas (ONU) ter adotado em 1979 a *Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher*, não há equiparação de salários femininos e masculinos em nenhum país no mundo. Corroborando com esse olhar, o relatório *Global Gender Gap Report 2017* (WEF, 2017), realizado pelo Fórum Econômico Mundial, que investigou dados de 144 países, concluiu que a disparidade entre gêneros está aumentando, em favor dos homens. Foram estudadas quatro categorias básicas: trabalho, educação, saúde e política. Especificamente quanto ao trabalho, analisaram-se a participação na força de trabalho, a remuneração recebida e o crescimento das ofertas de emprego. Os dados apontaram que os homens ainda ganham rendimentos maiores que as mulheres e que a renda masculina está aumentando de forma acelerada. Nesse sentido, a conclusão é que sem ações pontuais que visem à equiparação plena, ainda demorarão mais de dois séculos (217 anos) para que haja igualdade de gênero salarial e de representatividade no mundo do trabalho.

Quais seriam as explicações para isso? Nos dizeres de Connell e Pearse:

Qualquer diferença de remuneração pode ser parcialmente explicada pelo padrão de comportamento segundo o qual as mulheres em geral trabalham menos horas e têm mais chances de estarem desempregadas. Outros fatores que explicam essa situação se relacionam a práticas salariais discriminatórias e à super-representação das mulheres em trabalhos pouco remunerados (2015, p. 34).

No entanto, como manter essa condição em um momento em que as mulheres possuem maior acesso à escolarização formal do que os homens? Conforme o IBGE (2018), em 2016 as mulheres somavam 23,5%, e os homens 20,7% em relação às taxas de ensino superior completo, tomando por base

a população de 25 anos ou mais de idade. Além disso, a taxa de frequência escolar líquida ajustada no Ensino Médio exibiu maior percentual de mulheres (73,5%) que de homens (63,2%).

Diante disso, cabe questionar: por que há profissões com uma desigualdade significativa no número de homens e mulheres trabalhando? Por que, mesmo em iguais condições de qualificações exigidas, mulheres ainda tendem a receber menos que os homens em determinadas profissões do mercado de trabalho?

O projeto pedagógico se deu através de uma imersão teórica básica e de exercícios realizados pelas alunas e pelos alunos em sala de aula. A partir daí, propusemo-nos a descrever e analisar as percepções dos discentes a respeito do ingresso da mulher e do homem na vida produtiva e das relações de poder implicadas nessa esfera social.

Na medida em que a desnaturalização e o estranhamento da realidade são ações que constam nos textos legais e nas orientações curriculares do ensino de Sociologia, a idealização do bloco temático de gênero e trabalho oferecido à turma EM3 pretendeu, sobretudo, compreender de que forma as diferenças de gênero existentes no mercado de trabalho são classificadas e inscritas nas práticas sociais do grupo de estudantes. Partimos do entendimento de que as relações de gênero são uma chave-explicativa essencial à compreensão dessas questões.

Para construção das sete aulas, buscamos introduzir os estudantes na discussão de gênero e trabalho a partir de uma desconstrução de pré-noções consagradas sobre o papel atribuído à mulher no mercado de trabalho. Buscou-se apresentar um olhar plural sobre a atuação profissional feminina na sociedade. Fez-se necessário desconstruir e reconstruir o conceito de gênero. Buscou-se inspiração no conceito de *habitus* de Bourdieu (1988, 1994, 2003) e nos estudos de gênero de Louro (2003 e 2010) e Connell e Pearse (2015). As aulas expositivas foram balizadas em três eixos principais: a) questões históricas referentes à inserção da mulher no mercado de trabalho, b) estereótipos que vinculam trabalho a determinado gênero e c) desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho.

Para a construção deste texto, apresentamos o marco teórico que embasou as aulas e, por fim, a apropriação do conteúdo por parte dos alunos.

Desigualdades no Mercado de Trabalho: questões de gênero e suas implicações

Esta seção apresenta uma breve explanação acerca das perspectivas teóricas que orientam nosso olhar sobre a prática pedagógica. Primeiramente, será definida a noção de gênero, seguida da articulação dos conceitos de centro e excêntricos, que situarão as noções anteriores dentro do terreno da disputa de

narrativas e significações. Por fim, são feitos alguns apontamentos gerais sobre questão de gênero com o mundo do trabalho.

Mulheres, hodiernamente, não são mais excluídas das relações produzidas na esfera pública, tal como verificado de forma bastante nítida na história do século XIX. Nas sociedades contemporâneas, entretanto, ainda persistem hierarquias de gênero, que são reproduzidas por instituições que delegam papéis diferentes e qualificam as atividades de homens e mulheres de forma desigual e injusta. Conforme a Organização das Nações Unidas (ONU, 2018), em seu setor Mulheres, “de forma geral, os direitos econômicos e sociais das mulheres representam o conjunto de direitos em que menos se avançou no mundo nas últimas décadas”, destacando ainda que:

Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos; reconhecer e valorizar o trabalho doméstico e de cuidado não remunerados; políticas de proteção social e a promoção da responsabilidade compartilhada dentro e fora do lar pelas tarefas relacionadas ao cuidado e reprodução social são algumas das metas globais do Objetivo 5 – Igualdade de Gênero dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. (ONU, 2018).

Dialogamos com os conceitos de *habitus* de Bourdieu (1988, 1994), sua relação com a noção de *dominação masculina* proposta pelo mesmo autor (1999) e com o conceito de *gênero* concebido por Louro (2003 e 2010) e Connell e Pearse (2015). Conforme Bourdieu, o mundo social é ordenado e organizado a partir de divisões e classificações, que são forjadas de forma arbitrária, ou seja, construídas e impostas socialmente como poder de dominação simbólica.³ Tais representações mentais surgem a partir das correlações de forças e de disputas concorrenciais de diferentes grupos sociais, cujos sentidos são configurados por essa construção e tomados como consensos pelo conjunto da sociedade. Como o mundo social pode ser também descrito como um campo de forças objetivas e irredutíveis às intenções dos agentes individuais, nossos esquemas de percepção e apreciação são produto de lutas simbólicas anteriores e exprimem o estado das relações de força. Sem que tenhamos consciência, nossas categorias de percepção do mundo social são produto da incorporação das estruturas objetivas do espaço social (*habitus*).⁴ À relação social específica entre os gêneros feminino e o masculino, Bourdieu ainda desenvolve o conceito de *dominação masculina*, que pode ser compreendida como um tipo de violência simbólica “suave, insensível,

³ Poder simbólico, para Bourdieu (1994), significa o poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo; portanto o mundo só se exerce se for reconhecido, ou seja, ignorado como arbitrário. O que faz o poder das palavras um poder de manter a ordem ou de subvertê-la é a crença na legitimidade das palavras e daqueles que as pronuncia.

⁴ Na interpretação de Loïc Wacquant (2007, p. 66), *habitus* é uma categoria teórica que indica as formas como a sociedade torna-se depositada nas pessoas sob a forma de disposições duráveis, gerando propensões treinadas para pensar, sentir e agir de determinado modo.

invisível às suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento” (1999, p.7-8).

Por essa razão, gênero necessitou ser nessa proposta abordado como uma categoria sócio-histórica e não natural. Partimos, desse modo, da epistemologia que considera gênero uma construção social, formado a partir do período e das relações sociais em que está inserido. Essa perspectiva desenvolvida a seguir acompanha os estudos de Guacira Lopes Louro, que a contextualiza na esfera educacional brasileira e por Raewyn Connell, autora internacionalmente expoente no campo dos Estudos de Gênero, em parceria com Rebecca Pearse. Na tentativa condensada de apresentarmos o conceito, recortamos os seguintes trechos:

Acima de tudo, o gênero é uma questão de relações sociais dentro das quais os indivíduos e grupos atuam. [...] Nesse sentido, o gênero deve ser entendido como uma estrutura social. Não é uma expressão da biologia, nem uma dicotomia fixa na vida ou no caráter humano. É um padrão em nossos arranjos sociais, e as atividades do cotidiano são formatadas por esse padrão. O gênero é uma estrutura social de um tipo particular - envolve uma relação específica com os corpos. [...] é multidimensional. [...] Padrões de gênero podem ser radicalmente diferentes em contextos culturais distintos [...] os arranjos de gênero estão sempre mudando (CONNELL; PEARSE, 2015, p.47-49).

Conforme Louro (2003), mesmo que se admita que existam muitas formas de viver o gênero, a instituição escolar ainda sustenta seus currículos e suas práticas por meio de uma única noção considerada normal de masculinidade e feminilidade. Essa concepção vai ao encontro da tese de Bourdieu e Passeron (1975) sobre a escola, pois, para esses sociólogos franceses, o comportamento pedagógico tende a ser objetivamente uma violência simbólica, isto é, uma imposição de certos significados em detrimento de outros, na medida em que o poder de definir o modo como é feita uma comunicação pedagógica reflete o estado anterior da correlação de forças entre os diferentes grupos e classes que compõem uma dada sociedade. Assim, Bourdieu e Passeron defendem que a ação pedagógica institucionalizada em posição dominante no sistema educacional maior é aquela justamente que corresponde aos interesses objetivos das classes e grupos dominantes.

Nos diversos campos da sociedade, segundo Louro (2003), as posições centrais estabelecem uma lógica para seus sujeitos e também para seus subordinados: para os sujeitos centrais, vinculam-se noções como universalidade, estabilidade e unidade; para os excêntricos, marcas de particularidade, instabilidade e diferença. Consoante a essa lógica, os conteúdos escolares têm como tendência assumir as identidades centrais como referência. E a contínua afirmação e reafirmação desse lugar ajudam a reforçar suas marcas de universalidade e permanência, dissimulando seu caráter socialmente construído. Esse entendimento

DISCUTINDO DESIGUALDADES DE GÊNERO NO MERCADO DE... | Katiuci Pavei | Pedro Dionizio de Mello 5

também converge com a pesquisa de Barros e Ribeiro (2011) sobre escolas de Ensino Fundamental e Médio dos municípios de Rio Grande, São José do Norte, Santa Vitória do Palmar e Chuí. Analisando discursos de equipes pedagógicas e diretivas, as autoras indicam a maneira pela qual a escola exerce uma função relevante na constituição de identidades de gênero, estabelecendo proibições e reforçando os diferentes lugares sociais para meninos e meninas – o que fica ilustrado, por exemplo, na visão sobre gravidez como uma responsabilidade essencialmente feminina, e não compartilhada.

Diante dessa lógica de reforço das posições centrais que, em alguma medida, tende a orientar a ação das escolas, a mudança a ser tensionada pelos movimentos políticos e teóricos emergentes é colocar em xeque a naturalidade das posições centrais, ressaltando continuamente que “toda e qualquer diferença é sempre atribuída no interior de uma dada cultura, que determinadas características podem ser valorizadas numa determinada sociedade e não terem o mesmo significado em outra” (LOURO, 2003, p. 46).

Para os educadores, essa mudança epistemológica é relevante, principalmente quando tratamos dos estereótipos de gênero que conferem distintos lugares sociais para homens e para mulheres. No caso específico do mercado de trabalho, esses estereótipos recomendam atividades profissionais específicas para o sexo masculino e outras bem diferentes para o feminino. O estereótipo de fragilidade atribuído às mulheres, por exemplo, durante muito tempo legitimou a concepção de que atividades corporais deveriam ser de exclusividade dos homens. Para não prejudicarem sua natureza mais frágil, as mulheres deveriam se concentrar em atividades do âmbito privado – a administração da casa –, nele podendo exercer, na sua plenitude, as virtudes consideradas como intrínsecas ao seu sexo, como a paciência, a benevolência, a intuição, entre outras (GOELLNER, 2003, p. 33).

Historicamente, o trabalho doméstico é visto como trabalho gratuito a ser exercido por mulheres em favor de homens, que são, portanto, dele liberados. “Por trás do trabalho remunerado, há um outro tipo de trabalho - o doméstico e de cuidados, que não é pago”, destacam Connell e Pearse (2015, p.33). Alertando as mesmas autoras: “As medições comuns da economia, baseada nas práticas dos homens, excluem o trabalho doméstico não remunerado realizado pelas mulheres” (p.33). Nesse sentido, o conceito de “divisão sexual do trabalho” indica a “forma de divisão do trabalho decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos”, como nos indica Hirata e Kergoat (2007, p. 599). Podemos ilustrar o caso das “donas de casa” ou “do lar”, como são conhecidas no Brasil, que são consideradas pelo IBGE como pessoas fora da força de trabalho, sendo classificadas como não economicamente ativas, ou seja, inativas. É de se pensar: o quanto

essas mulheres sustentam e viabilizam a realização dos trabalhos remunerados que movem a economia do país, não sendo elas reconhecidas social e economicamente.⁵

Por que o problema da desvalorização profissional de um trabalho essencial para a reprodução da vida não é transformado em uma questão política central? Para Biroli (2018), não é coincidência que quem desempenha as funções domésticas é justamente quem está em menor número na política e nos demais espaços institucionais onde o debate público toma forma e os recursos econômicos são alocados. Existe, portanto, um descolamento entre a experiência cotidiana que está envolvida no trabalho doméstico e a maneira como a agenda pública é representada e se define. De um lado, a divisão sexual do trabalho retira das mulheres recursos para que possam atuar politicamente; de outro, por inviabilizar a presença das mulheres na política, a desvalorização do trabalho doméstico tende a não se transformar em uma pauta política de relevância.

Desdobrando sua análise sobre as implicações da divisão sexual do trabalho, Biroli (2018) defende que a produção do gênero se dá principalmente no âmbito das relações sociais de trabalho. Esse entendimento pode causar algum estranhamento inicial, porque a maior parte da literatura sobre gênero o situa no terreno da sexualidade. No entanto, é importante lembrar e frisar que os sentidos sociais de feminino e masculino, e mesmo a construção binária dessa dualidade, guardam uma conexão estreita com as expectativas que se tem das responsabilidades que devem ser assumidas e com tarefas que devem ser desempenhadas por meninos e meninas. Isso remonta a um problema central da questão de gênero, que é a socialização primária – vivida no ambiente familiar – e secundária de crianças – realizada em instituições como a escola. Desde a tenra idade, portanto, as expectativas criadas em torno de crianças são elementos-chave da construção social do que é tornar-se mulher e do que é tornar-se homem.

A relação que se faz com produção do conhecimento está na reflexão de se estar consciente do poder do conhecimento para a produção da vida material, social e existencial da humanidade. Diante disso, importa para nós, educadores, problematizar as perspectivas naturalistas sobre as quais os modos de sentir, pensar e agir de homens e mulheres são explicados e classificados. Tendo em vista a contribuição de Louro, importa, ainda, saber como se manifestam em sala de aula os discursos que instituem diferenças sociais de gênero. Considerando também a importante contribuição de Biroli (2018), que defende que a produção de gênero ocorre em grande parte nas relações de trabalho, o texto a seguir será apresentado

⁵ No Brasil, de acordo com o estudo do IBGE (2018), o tempo dedicado aos cuidados de pessoas ou a afazeres do lar é maior entre as mulheres, correspondendo a 18,1 horas por semana, do que entre os homens, que fica em aproximadamente 10,5 horas semanais.

considerando a interface entre gênero e mercado de trabalho como um *locus* de discussão e problematização entre os alunos formandos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CAp/UFRGS).

O perfil dos alunos da turma EM3 da EJA - aspectos metodológicos

A EJA possui particularidades, entre as quais a questão geracional, laboral, étnica, religiosa, organização familiar, tempo e motivo de distanciamento da escola. Na disciplina específica de Sociologia, o foco da turma EM3 é o mundo do trabalho e suas questões implicadas: construção histórica da cidadania, direitos e deveres dos trabalhadores, qualidade do emprego, etc. Esse mote é consoante com a realidade concreta dos estudantes dessa modalidade de ensino: conforme estudo de Gomes (2016, p. 39), os educandos da EJA são, em sua grande maioria, trabalhadores que tiveram muito precocemente experiências com o mundo laboral.

Optamos por fazer uma articulação do eixo temático principal com a questão de gênero, pois o perfil da turma era composto majoritariamente por homens.⁶ Além disso, durante diversas ocasiões, sentimos que muitas manifestações em sala de aula eram baseadas em noções preconceituosas sobre a representação da mulher na sociedade. Como nas piadinhas entre os colegas homens ou ao se referirem às colegas mulheres.

Dos 35 alunos matriculados, iniciaram efetivamente o semestre 27, sendo 21 deles homens e 6 mulheres. Devido a uma combinação de fatores diversos, tais como a difícil conciliação entre trabalho e estudo, além de sobrecarga de responsabilidades, um número significativo de alunos e alunas optou por abandonar ou mantinha a frequência intermitente ao longo do período. Diante dessas circunstâncias, abordaremos aqui um grupo composto por 15 participantes, sendo 10 homens e 5 mulheres, haja vista que somente esses 15 realizaram todas as atividades propostas nas aulas.

No início da prática pedagógica, apresentamos os compromissos éticos da proposta das nossas aulas, que serviriam também como fonte de informações de uma pesquisa desenvolvida pela professora. Explicamos que os dados coletados não seriam identificados e que não iriam interferir na avaliação da disciplina, além disso, que os fins do estudo eram estritamente acadêmicos e que a participação não era

⁶ Observamos durante o acompanhamento dos semestres que compõem o ensino médio que mais alunos homens ingressam e se mantêm até a conclusão do curso. Percebemos que, a múltipla jornada diária (marcada pelos afazeres domésticos, as responsabilidades com os familiares, o trabalho externo e os estudos) é a principal razão para a evasão escolar das alunas mulheres. Por ser da EJA, novamente essa estudante é retirada da escola, mantida na condição de “trabalhar para alguém”, “cuidar de alguém”, “organizar e limpar por/para alguém”, entre outros.

obrigatória. Para tanto seria aplicado um questionário, um exercício e solicitada uma produção textual. Também foi detalhado que a professora faria anotações em um caderno de campo, contendo registros de algumas falas. Solicitou-se que àqueles alunos e àquelas alunas que não aceitassem que suas opiniões fossem registradas, que manifestassem a sua contrariedade, assim não fariam parte do corpus do estudo.⁷

Elaboramos e aplicamos um instrumento de coleta de dados, na forma de questionário, buscando traçar um breve perfil socioeconômico e laboral da turma. Analisando os dados coletados, notamos que as faixas etárias da turma EM3 são bastante equilibradas: numa ordem decrescente, 6 estudantes possuem entre 50 a 60 anos; outros 6 entre 49 a 31 anos; e, por fim, 5 estudantes possuem entre 19 a 30 anos. A grande maioria reside em bairros da zona leste de Porto Alegre próximos ao Colégio de Aplicação da UFRGS (Agronomia e Lomba do Pinheiro, nomeadamente) ou então em Viamão, cidade da Região Metropolitana de Porto Alegre próxima à escola em questão. No que concerne aos aspectos étnico-raciais, 6 estudantes declararam possuir cor branca, 4 autodeclarados de cor preta, outros 4 alunos de cor parda e 2 não responderam a essa questão.

As faixas de renda familiar mensal também se mostraram equilibradas: numa ordem decrescente do ponto de vista salarial, 4 estudantes declararam possuir de 5 até 10 salários mínimos (R\$ 4.777,00 R\$ 9.540,00); 2 alunos, de 3 até 5 salários mínimos (R\$ 2.862,00 até R\$ 4.770,00); 3, até 3 salários mínimos (até R\$ 2.862,00); outros 4, até 2 salários mínimos (até R\$ 1.908,00); finalmente, 2 declararam possuir até 1 salário mínimo (até R\$ 954,00). Corroborando a descrição de Gomes (2016, p. 39) sobre o forte vínculo com o trabalho do público do EJA, 11 estudantes declararam trabalhar e somente 4 afirmaram não trabalhar (sendo 3 deles jovens estudantes que ainda não lograram sucesso na inserção laboral). Entre os que trabalham, 4 atuam como o principal responsável pelo sustento da família. Outros 4 trabalham contribuindo parcialmente. Por fim, 1 trabalha e recebe ajuda da família e outros 3 trabalham e se sustentam. No que concerne ao setor da economia em que trabalham, 5 dos estudantes afirmaram trabalhar como servidores públicos, 3 deles declararam atuar no ramo do comércio, sendo 1 com vínculo empregatício terceirizado. Os demais elencaram setores variados: limpeza e faxina, agricultura, indústria e trabalho informal em casa (artesanato, costura, carpintaria, etc).

Em uma análise mais matizada sobre o quadro acima descrito, percebemos que as duas faixas de renda familiar mais altas presentes no questionário socioeconômico (de 3 até 5 cinco e de 5 até 10 salários

⁷ Em se tratando do Colégio de Aplicação, com perfil de espaço de pesquisa e de inovação de experiências pedagógicas, a aceitação dos estudantes em participar da pesquisa foi unânime, mediante assinatura de termo de consentimento livre e esclarecido, justamente pelo entendimento do perfil dessa instituição escolar.

mínimos) são preenchidas, principalmente, por homens, sendo a maioria ocupante de algum cargo no serviço público e nascida entre a década de 1950 e 1960. No agregado dessas duas faixas de renda familiar, há a presença de apenas uma mulher, que também atua como servidora pública – o que reforça o contexto maior de desigualdade salarial entre homens e mulheres e sublinha a centralidade administração pública como setor de melhores salários do país. Nas demais faixas, não percebemos uma discrepância de gênero significativa.

O principal veículo de comunicação utilizado pelos estudantes para se manterem informados acerca dos acontecimentos do mundo contemporâneo é a internet, seja através de sites de notícias e redes sociais. Essa informação é relevante para termos uma noção mínima de quais os espaços sociais em que circulam as ideias sustentadas pelos estudantes em sala de aula.

Por fim, o principal motivo que os/as motivaram a voltar a estudar foi a possibilidade de cursarem uma faculdade ou um curso técnico. Aspectos como progressão no emprego atual, adquirir mais conhecimento e atender às expectativas de familiares também aparecem de maneira significativa nas respostas dos alunos e das alunas. A seguir, trataremos propriamente do relato da nossa prática pedagógica, enfocando alguns exercícios propostos e analisando a recepção por parte dos alunos das questões de gênero e mercado de trabalho.

Relato da proposta pedagógica

O projeto foi desenvolvido em sete aulas, envolvendo recursos pedagógicos diversos como fotografias de Sebastião Salgado (1996), textos sobre origens das desigualdades de gênero e organização familiar patriarcal (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2013) e legais (CF/88), audiovisuais (ONU, 2012), objetos generificados (brinquedos, roupas, etc.), montagem de painel sobre biografias de mulheres (FAVILLI; CAVALLLO, 2017), dados estatísticos, campanhas publicitárias, entre outros. No entanto, devido ao espaço reservado para a escrita deste artigo, iremos focar em apenas três momentos.

Começamos a aula com um exercício questionando se existem, de fato, algumas profissões mais adequadas para homens e outras para mulheres. Assim, cada estudante recebeu uma folha contendo um conjunto selecionado de dez profissões e seus respectivos rendimentos salariais médios. Vale a pena destacar que alguns dos exemplos de profissões eram bem estereotipados, tais como açougueiro, piloto de avião, cuidados com o lar e família, docente de escola infantil, entre outros. Caso avaliassem que existem relações necessárias entre profissões e gênero, deveriam separar as atividades consideradas mais apropriadas

para homens e/ou mulheres, junto com as respectivas justificativas. Feito isso, propomos um diálogo com a turma, pedindo que cada um explicasse suas respostas ao exercício realizado, justificando cada ideia.

A partir das observações captadas no debate e nas produções escritas percebemos que muitas percepções sobre o tema de gênero emergiram de maneira conflitiva, ambígua e contraditória. Para a nossa surpresa, houve uma significativa associação entre profissões e gênero. Dos 15 estudantes, apenas 1 deles respondeu que não há qualquer profissão necessariamente adequada ao gênero da pessoa. Por outro lado, 6 estudantes avaliaram que, das 10 profissões elencadas no exercício, no mínimo 7 delas são mais apropriadas ou para homem ou para mulher. A profissão que mais vezes (11 marcações) foi separada e classificada como uma atividade exclusivamente feminina foi a de empregado(a) doméstico(a). As justificativas morais mais utilizadas foram as de que mulheres possuem habilidades domésticas intrínsecas: “desde sempre exercem essa função”, “sempre foi assim”. Além disso, são consideradas mais confiáveis, dedicadas, organizadas e cuidadosas. Logo em seguida, constou a profissão de professor(a) de educação infantil: 10 alunos a consideraram como uma atividade exclusivamente feminina. As justificativas morais mais utilizadas foram as de que mulheres possuem um instinto materno de forma inerente. São mais pacientes, confiáveis e delicadas para lidar com crianças. Para os alunos e as alunas, as mulheres sempre ocuparam essa profissão, o que evidencia o peso da tradição em seus pontos de vista.

Do lado dos homens, a profissão que mais vezes (11 marcações) foi avaliada como uma atividade exclusivamente masculina foi a de açougueiro. As justificativas morais mais utilizadas foram as de que os homens dominam com maior habilidade operações de risco, são mais fortes e desde sempre estiveram nessa profissão, evidenciando, nesse último aspecto, novamente o peso da tradição na visão de mundo dos alunos e das alunas. Logo após essa profissão apareceu a de piloto, separada e classificada como atividade exclusivamente masculina por 9 estudantes. As justificativas morais mais mobilizadas: homens possuem maior habilidade técnica, adrenalina, são mais bem treinados, possuem mais estudos e sempre tiveram mais interesse pela área. Por outro lado, o restante das profissões aparece de forma mais equilibrada entre atividade exclusiva de homem ou mulher e atividade voltada para ambos.

Na sequência expomos dados sobre as desigualdades de gênero no mercado de trabalho. Durante esse encontro um aluno de 26 anos, autônomo, separado, pai de uma filha pequena, comentou que era garçom e que recebia um salário maior que a sua colega responsável pela lavagem dos copos e demais utensílios, fato que considerava injusto, mas que não adiantava em nada falar com os chefes (que no caso eram dois, um homem e uma mulher) por ter medo de ser despedido. Assim como nesse relato, percebemos que o entendimento geral da turma era de resignação, a partir de seus gestos (como mexendo

a cabeça no movimento de negativa ou suspirando). Além de falas delas e deles que expressavam a não visualização de formas de ação para tentar mudar tal realidade, em nível micro (seus trabalhos) e em nível macro (políticas públicas e demais atores sociais e estatais). Como nos dizeres de uma aluna, 32 anos, cozinheira, solteira, mãe de uma adolescente, “Pois é, sôra, pra mulher trabalho foi sempre assim né. É difícil.” Ou ainda, uma outra aluna, senhora de 58 anos, servidora pública, casada: “É assim mesmo.”⁸

No encontro seguinte o debate procurou chamar a atenção para o caráter eminentemente cultural das diferenças entre os gêneros, exemplificados no que a sociedade de seu tempo espera das mulheres e dos homens quanto aos seus comportamentos, posturas, papéis e funções, além da discussão sobre o modelo patriarcal de família, que ainda permanece na maioria dos lares brasileiros. No entanto, percebemos que esta discussão provocou fortes reações na turma, principalmente em como tal relação de opressão e desigualdade se dava no ambiente doméstico. Muitos alunos do sexo masculino, de idades distintas, reagiam em sua linguagem corporal e/ou verbalizam irritabilidade e descontentamento, como se estivessem se sentindo atacados. Apesar do clima tenso, consideramos que tais reações demonstraram que, de certa forma, o assunto estava desestabilizando certezas e desacomodando zonas de conforto. Destacamos as falas de dois alunos. O primeiro, um senhor de 60 anos, servidor técnico da universidade, casado e com duas filhas adultas: “Você professora está querendo falar mal dos homens? Nem todos são assim. Eu não sou desse tipo aí”. Já o outro aluno homem, 43 anos, motorista de táxi, casado: “Lá em casa é assim e não vai mudar. A minha mulher trabalha só em casa e é ela que cozinha e limpa tudo”.

No exercício final de produção escrita propomos a construção de um texto argumentativo sobre a desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro. Notamos certo avanço crítico no sentido de desnaturalização da realidade, mas verificamos também argumentos ainda baseados em reprodução de estereótipos de gênero e outros meramente descritivos, sem explicação consistente das fontes geradoras das desigualdades de gênero presentes no mercado de trabalho. No conjunto da turma, percebemos um avanço argumentativo de cinco alunos, que de fato conseguiram tanto descrever quanto analisar o problema social em questão, avaliando os fatores estruturais que os alimentam: cultura machista enraizada, estereótipos e preconceitos. Uma frase de um aluno é bem emblemática nesse sentido: “Muitas mulheres possuem escolarização igual ou mesmo superior que os homens, mas mesmo assim elas não são valorizadas à altura e recebem salários inferiores. Isso acontece porque ainda predomina no nosso país uma visão machista”.

⁸ Ao nosso ver, tal constatação merece um aprofundamento com conversas junto à turma sobre os processos sociais e culturais envolvidos na construção de tais posicionamentos. Pretendemos abordar esse tópico na nova fase do projeto.

Já durante uma conversa no hall do colégio, próximo à formatura, com um casal de estudantes dessa turma, casados havia mais de trinta anos, ela dona de casa e costureira, ele autônomo, pais de três filhos, comentaram “É professora, as aulas fizeram a gente mudar algumas coisas lá em casa” (Ela). “Estamos dividindo mais o serviço [da casa]. É isso aí todo mundo tem que pegar junto.” (Ele).

Considerações finais

Neste artigo foi efetuada uma pequena aproximação da esfera empírica de gênero e de trabalho, apoiando-se essencialmente em discursos e representações de estudantes de uma turma de EJA, sendo realizada através de um projeto pedagógico realizado nas aulas de Sociologia. O objetivo geral foi compreender de que forma as diferenças de gênero existentes no mercado de trabalho são classificadas e inscritas nas práticas sociais do grupo de estudantes, buscando identificar os pontos de vista prévios e posterior à imersão sociológica nas aulas desenvolvidas.

Em termos de desnaturalização da realidade através da imersão sociológica, percebemos um avanço argumentativo relevante em parte da turma. Isso foi expresso tanto através de um diagnóstico crítico das desigualdades de gênero presentes no mercado de trabalho quanto também de uma análise dos dispositivos que não cessam de produzir esse problema social. Contudo, notamos também a forte persistência de naturalização de um discurso produzido socialmente. Isso indica algumas limitações enfrentadas durante a experiência docente no EJA: afinal, é possível romper estereótipos de gênero há mais tempo cristalizados nos esquemas de percepção e avaliação de alunos e alunas? Quais os caminhos e recursos metodológicos mais adequados para instigar a imaginação sociológica dos/as estudantes dessa modalidade de ensino? Quais os principais espaços sociais de circulação das ideias que ajudam a reforçar as posições centrais e excêntricas no campo de gênero e trabalho?

Avaliamos, outrossim, a necessidade de pesquisa sobre políticas nacionais e internacionais vinculadas às questões tratadas em sala de aula, além de canais de denúncias e instituições públicas que busquem combater discriminações de gênero. Isso porque acreditamos que a responsabilidade do Estado não pode ser isentada na efetivação dos direitos sociais e econômicos.

Ademais, caberia situar em uma agenda futura dessa temática de pesquisa a posição social específica das mulheres negras, que são maioria entre as pessoas que exercem trabalho precário e são também aquelas que chefiam os lares com menor renda no Brasil.

Concebendo práticas de ensino mais horizontais, planejamos também convidar estudantes para participarem de grupos de elaboração de materiais pedagógicos e oficinas para a comunidade escolar. Em DISCUTINDO DESIGUALDADES DE GÊNERO NO MERCADO DE... | Katiuci Pavei | Pedro Dionizio de Mello 13

conexão, almejamos desenvolver práticas pedagógicas e materiais de apoio que situem o EJA como espaço de educação através de abordagens antidiscriminatórias, possibilitando a inclusão, a visibilidade e a discussão permanente sobre questões de gênero e, neste caso específico, sobre desigualdade no mercado de trabalho (CATELLI; HADDAD; RIBEIRO, 2014).

Está presente na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional que uma das finalidades da educação é desenvolver no educando o seu preparo para o exercício da cidadania (LDB no 9.394/96, Art. 2). Portanto, faz parte desse processo cidadão construir com os/as estudantes saberes a partir de um conhecimento científico sobre a realidade do seu país, visando processos de (auto)reflexão e, quiçá, transformação.

Referências bibliográficas

ATAL, Juan Pablo; NÓPO, Hugo; WINDER, Natalia. *Novo século, velhas desigualdades: diferenças salariais de gênero e etnia na América Latina*. BID 2009. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/homens-recebem-salarios-30-maiores-que-as-mulheres-no-brasil/>>. Acesso em 09 mar. 2018.

BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 01 mar. 2018.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm>. Acesso em 01 de mar. 2018.

CATELLI Jr, Roberto; HADDAD, Sérgio; RIBEIRO, Vera Masagão (orgs.). *Educação de Jovens e Adultos: insumos, processos e resultados*. São Paulo: Ação Educativa, 2014.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. *Gênero: uma perspectiva global*. 3ª ed. São Paulo: nVersos, 2015.

DE BARROS, Suzana da Conceição; RIBEIRO, Paula Regina. Generificação do espaço escolar: analisando narrativas das equipes pedagógicas e diretivas. In: DA SILVA, Fabiane Ferreira; MELLO, Elena Maria (orgs). *Corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais na educação*. Uruguaiana: UNIPAMPA, 2011.

FAVILLI, Elena; CAVALLO, Francesca. *Histórias de ninar para garotas rebeldes: Cem fábulas sobre mulheres extraordinárias*. São Paulo: Vergara & Riba Editoras, 2017.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOMES, Maria Antônia. *A construção de igualdade de gênero no currículo da educação de adolescentes, jovens e adultos na rede municipal de ensino de Goiânia*. 2016. 196f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás, Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação, Goiânia, 2016.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*. 2018. Disponível: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=resultados>>. Acesso em 09 mar. 2018.

IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego. *Notas Metodológicas*. Disponível em <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet3.shtm>. Acesso em 09 mar. 2018.

KOHAN, Marisa. Acabar con la discriminación, la forma más eficaz de atajar la violencia de género. *Diário Público*. Acesso em 08 maio 2018.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade: o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis: Vozes, 2003.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O Corpo Educado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

LEI MARIA DA PENHA COMPLETA 12 ANOS EM MEIO A CASOS DE FEMINICÍDIO. *O Globo*, Rio de Janeiro. 07/08/2018. Disponível em:<<https://oglobo.globo.com/sociedade/lei-maria-da-penha-completa-12-anos-em-meio-casos-de-feminicidio>>. Acesso em 08 ago. 2018.

ONU. *Um sonho impossível?* ONU BRASIL. Publicado em 15 maio 2012. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=dKSdDQqkmlM>>. Acesso em 01 mar. 2018.

ONU MULHERES BRASIL.[2018]. *Fim da violência contra as mulheres*. Disponível em:<<http://www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/fim-da-violencia-contra-as-mulheres/>>. Acesso em 01 mar. 2018.

ONU MULHERES BRASIL.[2018] *Empoderamento Econômico*. Disponível em:<<http://www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/empoderamento-economico>>Acesso em 01 mar. 2018.

SALGADO, Sebastião. *Trabalhadores: uma arqueologia da era industrial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

VELASCO, Clara; CAESAR, Gabriela; REIS, Thiago. Cresce o nº de mulheres vítimas de homicídio no Brasil; dados de feminicídio são subnotificados. *G1. Globo*. São Paulo, 07/03/2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/cresce-n-de-mulheres-vitimas-de-homicidio-no-brasil-dados-de-feminicidio-sao-subnotificados.ghtml>>. Acesso em 08 maio 2018.

WACQUANT, Loïc. Esclarecer o habitus. *EDUCAÇÃO & LINGUAGEM*. São Paulo. Ano 10. Nº 16. 63-71, Jul.-Dez. 2007.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil*. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2015_mulheres.php> Acesso em 10 mar. 2018.

WEF_World Economic Forum. 2017. *The Global Gender Gap Report*. Disponível em: <<https://www.weforum.org/reports/the-global-gender-gap-report-2017>>. Acesso em 08 ago. 2018.

Recebido em: 10 de agosto de 2018

Aceito em: 201 de janeiro de 2019